
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 005/2020, de 18 de junho de 2020.

“Estabelece procedimentos administrativos para a análise e aprovação do projeto hidrossanitário simplificado.”

O Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, em conjunto com a Diretora do Departamento de Análise de Projetos (DEAP), no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú, em seu Artigo 82, inciso II, que diz: “Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários, Diretores e chefes: II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos”;

Considerando a Lei Municipal n.º 2.798, de 29 de fevereiro de 2.008, no seu Anexo “C” - Atribuições dos cargos criados de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, constantes do Anexo I da Lei 1.068, de 01 de julho de 1991, no qual indica a atribuição do Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, dentre outras: “6) Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições”;

Considerando a Lei Municipal n.º 1.069, de 09 de julho de 1991, que “Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos Cíveis da Administração Direta, Fundacional e Autárquica do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providências.”, em seu Artigo 195, incisos I, II, III e V, no qual indica que “São deveres do funcionário: Preservar os princípios, ideais e fins do serviço público; Executar as atribuições inerentes ao cargo; Promover a exatidão Administrativa; Manter espírito de cooperação, solidariedade, urbanidade e disciplina”;

Considerando a previsão contida na Lei Municipal n.º 1303/1993, que “Dispõe sobre normas de saúde em vigilância sanitária, estabelece penalidades e dá outras providências”, quanto a necessidade de aprovação do projeto pela autoridade de saúde competente;

Considerando o Decreto n.º 8.641/2017 que “Dispõe sobre análise, aprovação de projetos e demais procedimentos de forma simples e desburocratizada, realizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, através do Departamento de Análise e Projetos, e Secretaria de Saúde e Saneamento, através do Departamento de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”, quanto a análise do projeto hidrossanitário.

INSTRUÍ:

Art. 1º O projeto hidrossanitário, que acompanha o projeto arquitetônico tradicional, será admitido somente sob a forma de projeto hidrossanitário simplificado, o qual deverá ser constituído pelos seguintes documentos:

- a) prancha(s) do projeto hidrossanitário simplificado e a respectiva ART/RRT;
- b) consulta de viabilidade de abastecimento de água e coleta de esgoto;

- c) documento aprovativo da EMASA para as edificações com mais de 500,00 m², acima de 2 (dois) pavimentos, loteamento, ou empreendimento comercial ou industrial;
- d) Plano de Prevenção e Combate de Endemias (PPCE), conforme o Decreto n.º 8.156/2016, e respectiva ART/ RRT, ou documento solicitando a isenção do PPCE (edificação já construída);
- e) comprovante de pagamento da taxa do projeto hidrossanitário

Art. 2º A prancha do projeto hidrossanitário simplificado deverá possuir as seguintes informações:

- I – planta esquemática do pavimento térreo da edificação, identificando:
 - a) limites do imóvel/ matrícula e limites externos da edificação projetada;
 - b) a indicação do local do abastecimento de água;
 - c) a ligação do esgoto sanitário;
 - d) a conexão do esgoto pluvial;
 - e) a posição da lixeira;
 - f) as caixas de inspeção, de areia, e de gordura; e
 - g) selo com a identificação completa do autor do projeto e a identificação da obra e do proprietário.
- II – detalhamento da lixeira indicando:
 - a) a altura, largura e profundidade;
 - b) o revestimento das superfícies; e
 - c) ralo para limpeza, e interligado a CI.
- III – quadro estatístico com as seguintes informações:
 - a) a população estimada para a edificação;
 - b) o consumo total estimado;
 - c) o volume do reservatório inferior;
 - d) o volume do reservatório superior;
 - e) o volume do reservatório de reúso das águas pluviais;
 - f) o volume do reservatório de contenção das águas pluviais;
 - g) o número de caixas de gordura;
 - h) o número de hidrômetros; e
 - i) o volume da lixeira.
- IV – memória de cálculo e detalhamento da:
 - a) caixa de gordura (inclusive com a indicação do septo/chicana); e
 - b) sistema de tratamento individual do esgoto sanitário, conforme a ABNT NBR 13969¹, onde não houver rede coletora de esgoto sanitário;

§ 1º A determinação da posição do reservatório de reúso, e/ou do reservatório de contenção, das águas pluviais compete ao autor do projeto hidrossanitário e será informada em prancha adequada, na qual também constará o seu dimensionamento e acesso para manutenção.

¹ **ABNT NBR 13969** - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação.

§ 2º O projeto que não informar a área de permeabilidade exigida pela legislação urbanística deverá possuir reservatório de reúso das águas pluviais, com capacidade de reserva mínima igual, ou superior, ao reservatório superior de consumo, sendo utilizada a ABNT NBR 15527², como parâmetro de cálculo.

§ 3º A edificação que adotar o reservatório de reúso de águas pluviais e que possuir terraço, com acesso de pessoas e/ou animais, deverá possuir, também, o reservatório de contenção de águas pluviais, e o somatório deles (reúso e contenção) deverá ser igual, ou superior, ao reservatório superior de consumo.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Diretora do Departamento de Análise de Projetos
Adeltraut Zoschke Schappo

Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária
Rubens Spernau

² **ABNT NBR 15527** - Água de chuva - Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos.